



Comissão
Europeia

Monitor da Educação e da Formação de 2019

Portugal



© União Europeia, 2019

Reutilização autorizada mediante indicação da fonte. A política de reutilização de documentos da Comissão Europeia é regulamentada pela Decisão 2011/833/UE (JO L 330 de 14.12.2011, p. 39).

É necessário obter autorização junto dos detentores dos direitos de autor para a utilização ou reprodução de fotografias ou outro material que não esteja protegido pelos direitos de autor da UE.

Cover image: composition with images © istock.com

Monitor da Educação e da Formação de 2019

PORTUGAL

O volume 2 do Monitor da Educação e da Formação de 2019 contém 28 relatórios individuais por país. Baseia-se nos mais recentes dados quantitativos e qualitativos para analisar as principais medidas políticas que foram tomadas em cada Estado-Membro da UE. Completa outras fontes de informação que descrevem os sistemas nacionais de ensino e formação.

A Secção 1 apresenta os principais indicadores para o ensino e a formação. A Secção 2 identifica sucintamente os principais pontos fortes e os desafios que se colocam aos sistemas de ensino e de formação do país. A secção 3 centra-se nos professores e nos desafios que se colocam à profissão docente. A Secção 4 analisa o investimento no ensino e na formação. A secção 5 trata das políticas para modernizar a educação pré-escolar e escolar. A Secção 6 analisa as medidas para modernizar o ensino superior. A secção 7 trata do ensino e formação profissionais e, por fim, a secção 8 abrange a educação de adultos.

O manuscrito foi concluído em 26 de agosto de 2019.

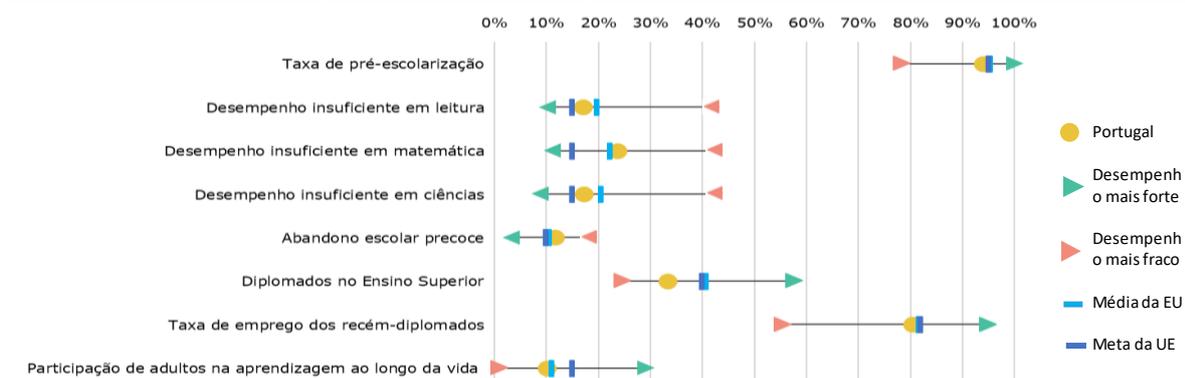
É possível consultar dados contextuais adicionais em linha (ec.europa.eu/education/monitor)

1. Indicadores-chave

		Portugal		Média da UE		
		2009	2018	2009	2018	
Valores de referência EF 2020						
Abandono escolar precoce (18-24 anos)		30,9%	11,8%	14,2%	10,6%	
Diplomados no Ensino Superior (30-34 anos)		21,3%	33,5%	32,3%	40,7%	
Taxa de pré-escolarização (dos 4 anos de idade ao início da escolaridade obrigatória)		90,1%	94,2% ¹⁷	90,8%	95,4% ^{17,d}	
Percentagem de jovens de 15 anos com desempenho insuficiente em:	Leitura	17,6%	17,2% ¹⁵	19,5% ^{EU27}	19,7% ¹⁵	
	Matemática	23,8%	23,8% ¹⁵	22,3% ^{EU27}	22,2% ¹⁵	
	Ciências	16,5%	17,4% ¹⁵	17,7% ^{EU27}	20,6% ¹⁵	
Taxa de emprego dos recém-diplomados por nível de habilitações (20-34 anos que abandonam o ensino 1-3 anos antes do ano de referência)	CITE 3-8 (total)	82,4%	80,6%	78,3%	81,6%	
Participação de adultos na aprendizagem ao longo da vida (25-64 anos)	CITE 0-8 (total)	6,4%	10,3%	9,5%	11,1%	
Mobilidade para fins de aprendizagem	Alunos diplomados em mobilidade (CITE 5-8)	:	3,6% ¹⁷	:	3,6% ¹⁷	
	Alunos diplomados em mobilidade com vista à obtenção de créditos (CITE 5-8)	:	7,5% ¹⁷	:	8,0% ¹⁷	
Outros indicadores contextuais						
Investimento na educação	Despesa pública consagrada à educação em percentagem do PIB	7,0%	5,0% ¹⁷	5,2%	4,6% ¹⁷	
		CITE 0	€4 862 ¹²	€4 646 ¹⁵	:	€6 111 ^{15,d}
		CITE 1	€4 685 ¹²	€4 738 ¹⁵	:	€6 248 ^{15,d}
		CITE 2	€6 171 ¹²	€6 212 ¹⁵	:	€7 243 ^{15,d}
		CITE 3-4	€6 907 ^{12,d}	€6 609 ¹⁵	:	€7 730 ^{14,d}
	CITE 5-8	€7 403 ^{12,d}	€8 885 ^{15,d}	:	€11 413 ^{15,d}	
Abandono escolar precoce (18-24 anos) (18-24 anos)	Nascidos no país	31,0%	11,7%	13,1%	9,5%	
	Nascidos no estrangeiro	29,6%	12,8%	26,1%	20,2%	
Diplomados no Ensino Superior (30-34 anos)	Nascidos no país	21,1%	33,1%	33,1%	41,3%	
	Nascidos no estrangeiro	22,6%	36,8%	27,7%	37,8%	
Taxa de emprego dos recém-diplomados por nível de habilitações (20-34 anos que abandonam o ensino 1-3 anos antes do ano de referência)	CITE 3-4	79,7%	75,0%	72,5%	76,8%	
	CITE 5-8	84,0%	85,9%	83,8%	85,5%	

Fontes: Eurostat; OCDE (PISA); os dados sobre a mobilidade na aprendizagem são calculados pelo Centro Comum de Investigação (CCI) da Comissão Europeia a partir dos dados UOE. Estão disponíveis informações adicionais na secção 10 e no volume 1 (ec.europa.eu/education/monitor). Notas: as médias do PISA de 2009 referentes à UE não incluem o Chipre; d = diferença na definição, u = baixa fiabilidade, 15 = 2015, 17 = 2017.

Figura 1 – Posição em relação aos países com maior e menor desempenho



Fonte: Comissão Europeia, cálculos da Direção-Geral da Educação, da Juventude, do Desporto e da Cultura (DG EAC), com base nos dados do Eurostat (LFS 2018, UOE 2017) e da OCDE (PISA 2015).

2. Destaques

- Os professores estão satisfeitos com o seu trabalho, porém, subsistem desafios tais como o envelhecimento da população docente, a elevada proporção de pessoal não permanente e as lacunas na integração e no desenvolvimento profissional contínuo.
- O investimento na modernização das infraestruturas é insuficiente, em especial, na educação e no acolhimento na primeira infância nas zonas metropolitanas.
- As disparidades regionais em termos de resultados educativos, repetição de ano e taxas de abandono precoce da educação e formação estão a melhorar. O número de diplomados do ensino superior aumentou, mas a procura de especialistas em TIC por parte das empresas excede a oferta.
- Mantém-se uma proporção muito significativa de adultos com um baixo nível de qualificações e é reduzida a participação dos adultos na aprendizagem.

3. Os professores em foco

Os professores estão satisfeitos com o seu trabalho, porém, sentem-se pouco valorizados pela sociedade. O inquérito TALIS 2018 (OCDE, 2019a) refere uma percentagem de professores satisfeitos com o seu trabalho superior à média da UE¹ (92,1 % *versus* 89,5 %) e essa percentagem baixa apenas ligeiramente após 5 anos de trabalho (91,9 %). Em termos globais, 64,8 % dos professores afirmam que, caso tivessem de decidir novamente, voltariam a escolher o ensino (média da UE: 77,6 %). A percentagem que refere o ensino como a primeira escolha profissional é a mais elevada na UE (84,2 % *versus* 65,7 %), mas é ligeiramente inferior no caso dos professores do sexo masculino (78,8 %). No entanto, muitos professores consideram que o ensino não é uma profissão valorizada pela sociedade (apenas 9,1 % considera a profissão valorizada, contra 17,7 % a nível da UE).

A formação inicial de professores está a ser modernizada, mas as mudanças ainda não se concretizaram. A formação de professores é realizada em estabelecimentos de ensino superior: as universidades preparam os professores principalmente para o ensino secundário, e os institutos politécnicos para o ensino pré-escolar e básico. A formação culmina com um estágio de várias semanas em «escolas de acolhimento», sob a supervisão de um professor orientador. Foi recentemente introduzida uma formação pedagógica para necessidades educativas especiais, todavia ainda não está presente em todos os programas (CNE, 2018; Liebowitz et al., 2018). No caso do ensino superior, o requisito mínimo para iniciar uma carreira académica nos institutos politécnicos e nas universidades é um grau de doutoramento (National Assembly, 2009a, 2009b). No entanto, uma proporção significativa, mas decrescente, de professores nos institutos politécnicos possui apenas graus inferiores.

Os programas de integração dos novos professores não cobrem a totalidade das escolas e existem obstáculos ao desenvolvimento profissional contínuo. No TALIS 2018 (OCDE, 2019a), 40 % dos professores referem a sua participação em algum tipo de integração formal ou informal quando foram trabalhar na escola atual. Foi designado um mentor para 14 % dos professores com menos de 5 anos de experiência. No que se refere ao desenvolvimento profissional contínuo, 88 % dos professores referem a participação em algum tipo de formação no exercício de funções nos últimos 12 meses e 82 % afirmaram que isso teve um impacto positivo na sua prática pedagógica. O TALIS também mostra que a percentagem de professores que se sentem bem ou muito bem preparados para ensinar num contexto multicultural ou multilingue é inferior à média da UE (18,9 % *versus* 23,8 %). Neste caso, 21,6 % dos professores referem uma necessidade elevada de desenvolvimento profissional contínuo (média da UE: 13,4 %). Uma percentagem elevada de professores refere que os respetivos empregadores não apoiam suficientemente a sua participação no desenvolvimento profissional contínuo (89,1 % *versus*

¹ Em 2018, 23 Estados-Membros participaram no inquérito TALIS: Áustria, Bélgica (fr), Bélgica (nl), Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Hungria, Inglaterra (Reino Unido), Itália, Letónia, Lituânia, Malta, Países Baixos, Portugal, República Checa, Roménia, Suécia. O TALIS 2018 abrange os diretores de escolas e os professores do ensino secundário inferior em escolas públicas e privadas regulares.

26,7 %, correspondente à média da UE) nem existem incentivos adequados para essa participação (84,6 % *versus* 52,9 %, correspondente à média da UE). Além disso, 77,2 % dos professores referem que a participação é dificultada devido a conflitos de horários (média da UE: 52,4 %).

Os professores sentem-se bastante confiantes na utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC), mas consideram necessário o desenvolvimento de competências. De acordo com o TALIS (OCDE, 2019a), a percentagem de professores que se sentem bem ou muito bem preparados para utilizar as TIC é ligeiramente superior à média da UE (40,2 % *versus* 39,4 %). Pouco menos de metade dos professores afirma que esta componente foi abrangida no ensino formal (46,9 % *versus* 52,9 %, correspondente à média da UE). A percentagem de professores que referem uma necessidade elevada de desenvolvimento profissional contínuo no que se refere às TIC é inferior à média da UE (12,0 % *versus* 16,1 %).

Caixa 1: Programa apoiado pela UE para o desenvolvimento profissional contínuo dos professores

O programa «Formação contínua de docentes e outros agentes do sistema de educação e formação» tem por objetivo melhorar a qualidade do ensino através da melhoria de competências dos professores, dos diretores escolares e outro pessoal da educação e da formação.

O programa (com um orçamento total de 6,8 mil milhões de euros) é apoiado pelo Fundo Social Europeu. Ao longo de 2016-2018, 40 636 professores e outros profissionais participaram em ações de formação.

Principais resultados:

- mais de 90 % dos professores concluíram as respetivas atividades de desenvolvimento profissional com uma avaliação muito positiva;
- os participantes reconheceram o impacto positivo da formação no que se refere aos seguintes aspetos: alteração do seu modo de trabalho (74 %); desempenho na sala de aula (72 %); atualização dos conhecimentos curriculares (76,3 %); promoção do trabalho colaborativo (84,4 %); promoção da mudança e da inovação (61,4 %).
- resultados menos consensuais em relação ao contributo da formação para a melhoria dos resultados da aprendizagem (40,2 %), a autonomia (30,3 %) e o desempenho global da escola (42,5 %).

Ver: <https://www.dgae.mec.pt/gestrehumanos/pessoal-docente/formacao/formacao-continua/>

Não obstante as medidas recentes, existem muitos professores não permanentes. A percentagem de professores com contratos temporários aumentou entre 2015-2016 e 2016-2017 para 18,2 % no ensino básico e 21,7 % no ensino secundário (DGEEC, 2017, 2018). Em 2017-2018, a percentagem era de 16,9 % no ensino básico e 21,4 % no ensino secundário (DGEEC, 2019a). Em 2015-2016 entrou em vigor a «norma-travão», que permitiu a todos os professores com cinco contratos anuais sucessivos obter um contrato permanente, beneficiando 1400 professores temporários no primeiro ano. A «norma-travão» foi alargada aos professores com quatro e três contratos anuais em 2017 e 2018, respetivamente. Foram criados novos lugares permanentes, permitindo que 3260 e 3319 professores com contratos temporários passassem a efetivos em 2017-2018 e 2018-2019, respetivamente.

A população docente está a envelhecer e é predominantemente do sexo feminino. Os professores com idade inferior a 30 anos representam uma percentagem muito pequena de pessoal na CITE 1-3 (0,9 % *versus* 9,4 % a nível da UE em 2017)². A percentagem de professores com idade igual ou superior a 50 anos é de 43,8 % (média da UE: 36 %)³. Apenas 3,9 % do pessoal do ensino superior tinha idade inferior a 30 anos, tendo 43 % idade igual ou superior a 50 anos. Mais de dois terços dos professores e do pessoal académico em todos os níveis educativos são do sexo feminino, com as concentrações mais elevadas nos primeiros anos: as mulheres compõem ao nível

² Eurostat, UOE, 2017.

³ Em 2017, 41,0 % dos professores do ensino secundário e 39,8 % dos professores do ensino básico tinham idade igual ou superior a 50 anos. A percentagem de professores com idade inferior a 30 anos era de 1,1 % e 1,1 % para o ensino secundário e o ensino básico, respetivamente.

do ensino pré-escolar 99 % do pessoal docente, ao nível do ensino básico 81 % e ao nível do ensino secundário cerca de 70 %. Ao nível do ensino superior, esse número desce para 44 %.

Além disso, existem fortes disparidades entre os géneros nos cargos de direção de escolas e universidades. Há mais homens do que mulheres nos cargos de direção de escolas. No terceiro ciclo do ensino básico, menos de 40 % dos diretores são do sexo feminino (OCDE, 2014a). Os dados da amostra de 2016 mostram que apenas 36,9 % dos diretores universitários e 28,6 % dos reitores eram do sexo feminino (DGES, 2016). Mais de 70 % dos diretores de escolas têm idade superior a 50 anos (OECD, 2014a, 2014b).

4. Investir na educação e na formação

A despesa consagrada à educação aumentou em 2017 e é superior à média da UE, contudo, continua inferior ao nível anterior à crise. Em 2017, a despesa pública consagrada à educação foi de 5,0 % do PIB, um pouco mais do que em 2016 (4,8 %) e superior à média da UE (4,6 %)⁴. Esta situação ainda continua longe do nível registado antes da crise (7,1 % em 2010 e 5,9 % em 2013). A despesa pública consagrada à educação ao longo de 2010-2017 diminuiu 23 % em termos reais (ajustados pela inflação) (12-15 % no ensino básico e superior e 25 % no ensino secundário)⁵. A despesa anual por aluno nos ensinos básico, secundário e superior é inferior à média da OCDE (OCDE, 2019b).

O investimento nas infraestruturas escolares é insuficiente. Portugal destina menos de 2 % do orçamento da educação à construção ou modernização de infraestruturas escolares (Liebowitz *et al.*, 2018)⁶. Em 2007-2016, foi estabelecido um ambicioso plano de investimento para as infraestruturas escolares do ensino pré-escolar, básico e secundário. No entanto, os cortes orçamentais atrasaram o investimento previsto em cerca de dois terços das escolas do ensino secundário e os edifícios escolares atualmente apresentam níveis de degradação que resultam em condições de aprendizagem difíceis (Comissão Europeia, 2019). O Ministério da Educação prevê, ao abrigo do Orçamento de Estado de 2019, melhorias em 200 escolas do ensino secundário e 300 escolas do ensino pré-escolar e básico (Assembleia da República, 2019a). O plano de requalificação de 2016-2020 prevê um investimento de 744 milhões de euros, beneficiando 785 escolas em todo o país.

A despesa privada consagrada à educação é uma das mais elevadas na UE. A percentagem da despesa consagrada à educação (do ensino básico ao superior) proveniente de fontes privadas (20,8 %) conta-se entre as mais elevadas nos países da OCDE que são Estados-Membros da UE. Entre 2012 e 2015, a despesa privada em percentagem do PIB diminuiu de 1,18 % para 0,86 %⁷.

5. Modernizar a educação pré-escolar e escolar

A universalidade do acesso à educação e ao acolhimento na primeira infância apenas será possível se houver mais investimento público. O governo pretende proporcionar uma educação pré-escolar a todas as crianças a partir dos 3 anos até 2020 (em 2017, a taxa de participação era de 83,4 %). A participação na educação e acolhimento na primeira infância para crianças com idade compreendida entre 4 anos e o início da escolaridade obrigatória era de 94,2 % em 2017, face a 92,5 % em 2016 e quase 95,4 %, correspondente à média da UE. Há falta de vagas, em especial, nas zonas urbanas (Comissão Europeia, 2019). Em 2017, na zona de Lisboa, apenas estavam inscritas 88,8 % das crianças⁸. O governo planeia abrir mais de 5 000 vagas nos jardins de infância nas zonas urbanas até 2019⁹.

⁴ Eurostat, COFOG, 2017.

⁵ No que se refere à despesa pública anual consagrada à educação, 2010 representou um valor atípico, com níveis mais elevados de investimento do que nos anos anteriores e posteriores. Uma parte significativa investiu num vasto programa de educação de adultos.

⁶ Por outro lado, não inclui o investimento em infraestruturas a cargo dos municípios nas escolas de ensino pré-escolar e básico que não consta do orçamento nacional da educação nem é registado nas estatísticas da educação.

⁷ OCDE, *Private spending on education*. doi: 10.1787/6e70bede-en

⁸ Taxa bruta de pré-escolarização (%) por localização geográfica (NUTS - 2013) e sexo; anual. Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. <http://www.ine.pt>

⁹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, Diário da República n.º 97/2018, Série I de 21.05.2021.

Elevados níveis de repetição do ano escolar - um problema grave. Dados oficiais (DGEEC, 2019b) mostram que a repetição do ano atinge um número significativo de alunos (7 %) do segundo ano do ensino básico, mas diminui no quarto e quinto anos (respetivamente, 2 % e 6 % de alunos em cada ano). Por este motivo, há um número crescente de alunos com idade superior à idade escolar esperada em cada ano e os alunos tendem a acumular múltiplas repetições (CNE, 2018). Leibowitz *et al.* (2018) recomendam a exploração de estratégias alternativas para responder às dificuldades dos alunos, por exemplo, um sistema de alerta rápido para identificar os alunos em risco de insucesso e a prestação de apoio pedagógico atempado e eficaz. O programa nacional para o sucesso escolar, apoiado pelo Fundo Social Europeu, segue essa abordagem preventiva e apoia soluções locais personalizadas, associadas às políticas de autonomia escolar. O Conselho Nacional de Educação (CNE, 2018) defendeu uma reorganização do ensino básico mediante a fusão do primeiro e segundo ciclos num único ciclo. Esta medida tem por objetivo facilitar a transição de um único professor para cerca de dez professores, a passagem para um maior número de disciplinas e a mudança de escola e colegas. Embora esta ideia tenha reunido algum apoio, os decisores políticos também salientam que a aplicação poderá ser complexa, exigindo uma reformulação da infraestrutura física e do ensino. Portugal conta-se entre os países com a percentagem mais baixa de alunos na escolaridade obrigatória que aprendem duas ou mais línguas.

O abandono escolar precoce está agora próximo da média da UE, embora continuem a existir diferenças consideráveis. A percentagem de jovens que abandonam precocemente a educação ou a formação diminuiu, de novo, de 12,6 % em 2017 para 11,8 % em 2018, aproximando-se da média da UE (10,6 %). Persistem grandes disparidades entre os géneros (14,7 % para o sexo masculino e 8,7 % para o sexo feminino em 2018). Também existem diferenças regionais muito significativas (28,3 % na região autónoma dos Açores *versus* 11,2 % no continente em 2018).

O programa de flexibilidade e autonomia curricular para o ensino secundário foi alargado a todas as escolas. Após uma fase piloto, todas as escolas podem agora beneficiar de um grau de flexibilidade na gestão curricular (de 0 % a 25 % da carga horária letiva semanal) (Assembleia da República 2018). Ainda não existem dados oficiais sobre o impacto do programa.

Caixa 2: O perfil – um quadro nacional das competências-chave

O [Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória](#), adotado em 2017, descreve o que os alunos deverão saber, compreender e executar no final do ensino secundário (em geral, aos 18 anos de idade). O perfil baseia-se nos dados das principais partes interessadas tais como sindicatos de professores, associações de alunos e pais, investigadores no domínio da educação, conselhos escolares e o Conselho Nacional de Educação. O Ministério da Educação desenvolveu instrumentos que mostram como esse perfil será aplicado a nível local (utilizando algumas escolas como estudos de casos). Além disso, o Ministério disponibilizou o sítio web [Flexibilidade e autonomia curricular](#) como espaço de reflexão e partilha de experiências. Reúne abordagens inovadoras em matéria de práticas pedagógicas e colaborativas; projetos desenvolvidos com a comunidade e para esta; educação para a cidadania; avaliação da aprendizagem.

Um boletim mensal¹⁰ aborda questões como a interligação dos conhecimentos de diferentes disciplinas; a importância da avaliação contínua e sistemática; o envolvimento ativo dos alunos na aprendizagem e na vida quotidiana da escola.

Este quadro das competências-chave no perfil baseia-se no [Quadro Europeu de Qualificações](#) (QEQ) e é completado por documentos de orientação ([Aprendizagens Essenciais](#) – AE) sobre a aprendizagem essencial para cada nível de ensino. Estes documentos enumeram os conhecimentos, as competências e as atitudes que os alunos devem desenvolver em cada ano e em cada disciplina.

Um terço dos adolescentes não gosta da escola e mais de metade não sente autoconfiança no respetivo nível de desempenho. Um inquérito recente a alunos do ensino básico superior e do ensino secundário inferior¹¹ mostra que 30 % dos alunos não gostam da

¹⁰ <http://afc.dge.mec.pt/pt/recursos/publicacoes>

¹¹ Ver: http://aventurasocial.com/publicacoes/publicacao_1545534554.pdf

escola. Apenas 4,2 % dos inquiridos consideram-se alunos «muito bons» e 52 % alunos «com pouco ou sem sucesso escolar». São as seguintes as principais dificuldades escolares identificadas: programas muito extensos (87,2 %), programas aborrecidos (84,9 %), matérias muito difíceis (82 %) e stresse relacionado com a avaliação (77 %).

6. Modernizar o ensino superior

Medidas destinadas a facilitar o acesso ao ensino superior. O governo adotou medidas para aumentar o número de matrículas no ensino superior nas regiões menos densamente povoadas e aumentou a oferta de cursos técnicos superiores profissionais e de programas de mestrado de dois anos. Outras medidas com início previsto em 2019-2020 reforçam o financiamento e o apoio social aos alunos. Incluem uma redução das propinas, bem como mais bolsas e alojamento para alunos com baixos rendimentos¹² (Assembleia da República, 2019b,c). Apenas 24 % dos estudantes beneficiam atualmente de bolsas para os estudos de primeiro ciclo (CE/EACEA/Eurydice, 2018) e as famílias contribuem para 70 % da despesa total. Outras medidas incluem o prolongamento do prazo de pagamento das propinas e taxas limitadas ou o ensino gratuito para os alunos que recebem subsídios sociais. Embora a taxa de conclusão do ensino superior no escalão etário dos 30-34 anos quase tenha duplicado em 10 anos (de 18,3 % em 2006 para 34,6 % em 2016), o objetivo nacional de alcançar 40 % em 2020 parece inatingível.

A mobilidade para fins de aprendizagem dos portugueses titulares de diplomas do ensino secundário e superior está próxima da média da UE. A percentagem de alunos que concluem o ensino secundário e obtêm um diploma de ensino superior fora de Portugal (3,6 %) era igual à média da UE em 2017; a percentagem que participa em períodos de estudo de curta duração e/ou estágios no estrangeiro (7,5 %) está próxima da mesma (8,0 %).

Uma abolição gradual das propinas a nível da licenciatura está a ser objeto de debate¹³. Os estabelecimentos de ensino superior consideram que a eliminação das propinas prejudicará a sustentabilidade financeira das universidades, que já enfrentam dificuldades devido ao financiamento público insuficiente, sem atenuar plenamente as dificuldades económicas dos alunos.

As empresas têm dificuldade em encontrar especialistas em TIC. Em 2018, 34,6 % das empresas dão conta de vagas difíceis de preencher que exigem competências TIC¹⁴. Em 2017, a percentagem de especialistas em TIC na população ativa era de 2,2 %, uma das mais baixas na UE e muito inferior à média (3,8 %). Quase metade destes especialistas concluiu um curso superior¹⁵ (inferior a 62,3 %, correspondente à média da UE) e apenas 14,4 % são mulheres (média da UE: 17,2 %). Em 2017, registou-se um crescimento de 30 % no número de alunos que concluíram os estudos profissionais de nível secundário superior em TIC (cerca de 1 000) e um aumento de 73 % (mais de 600) no número diplomados do ensino superior em TIC¹⁶. O número de alunos universitários matriculados em TIC também aumentou em 2017 (11 %), mas representa apenas 2,6 % do total de alunos e a disparidade entre géneros permanece grande (apenas 17 % de mulheres)¹⁷. A recomendação específica por país de 2019 que o Conselho da UE dirigiu a Portugal incluía: «Aumentar o número de diplomados do ensino superior, em especial no domínio das ciências e das tecnologias da informação» (Conselho da UE, 2019).

Os setores académico e empresarial advogam maior cooperação. Um inquérito recente¹⁸ mostra que os estabelecimentos de ensino superior tendem a cooperar com micro e pequenas empresas na respetiva região, colocando a tónica na mobilidade dos estudantes, na cooperação científica e na oferta de programas curriculares conjuntos. Mais de 60 % dos académicos não estão envolvidos em medidas de cooperação com as empresas. Os académicos consideram a falta de tempo e de financiamento como os principais obstáculos a uma maior cooperação. 77 % das

¹² Um programa nacional de dez anos aumentará o alojamento nas residências de estudantes. O programa tem por objetivo proporcionar alojamento para 25 % dos estudantes.

¹³ As conclusões da Convenção Nacional do Ensino Superior estão disponíveis [aqui](#).

¹⁴ Ver: https://digital-agenda-data.eu/datasets/digital_agenda_scoreboard_key_indicators/visualizations

¹⁵ Eurostat, Inquérito às forças de trabalho, 2018.

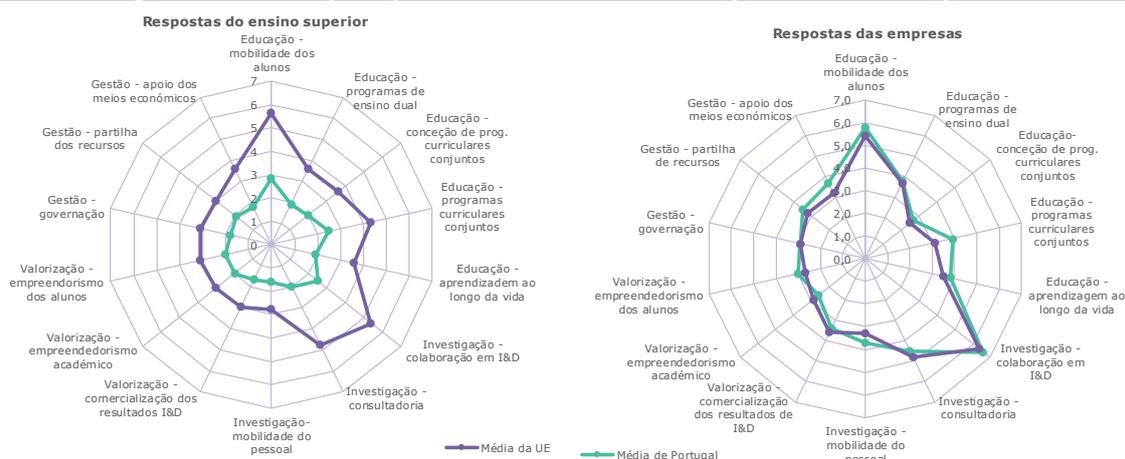
¹⁶ Eurostat, UOE, 2017.

¹⁷ Instituto Nacional de Estatística de Portugal: *Alunas/os inscritas/os no ensino superior (N.º) por localização geográfica (NUTS - 2013), sexo e área de educação e formação (CITE-F 2013)*; anual. Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

¹⁸ *State of University-Business Cooperation Portugal: University Perspective*. <https://ub-cooperation.eu/index/portugalhei>

empresas inquiridas indicam manter formas de cooperação médias a intensas com as universidades em ações conjuntas de I&D, cerca de 60 % em atividades de valorização e gestão e 50 % em assessoria¹⁹. Mais de dois terços participam em medidas relacionadas com a mobilidade dos alunos e um pouco menos no que se refere à mobilidade do pessoal. A cooperação é superior à média da UE no que se refere à mobilidade dos estudantes, aos programas de ensino dual, aos programas curriculares conjuntos e à aprendizagem ao longo da vida. As diferenças culturais, os diferentes horizontes temporais, a falta de conhecimentos empresariais nas universidades e a prioridade que estas dão à produção de resultados científicos são, segundo as empresas, os principais obstáculos a uma maior cooperação. Os académicos e as empresas declaram-se empenhados no aumento ou na manutenção da cooperação (99 % dos inquiridos).

Figura 2 – A cooperação na ótica do ensino superior e das empresas



Fonte: cálculos da DG EAC, com base nos dados do *State of University-Business Cooperation in Europe 2019*. Código: 0: inexistente; 1-4: baixa; 5-7: média; 8-10: elevada.

7. Modernizar o ensino e a formação profissionais

Embora quase 40 000 novos alunos tenham iniciado EFP em 2017, há a registar uma diminuição de quase 4 % em relação a 2016. O número total de matrículas no EFP de nível secundário superior (40,7 % de todos os alunos nesse nível de ensino) também registou uma pequena diminuição em 2017 e é inferior a 47,8 %, correspondente à média da UE²⁰. A taxa de emprego dos alunos que concluíram recentemente o EFP diminuiu passou de 78,9 % em 2017 para 77,4 % em 2018, abaixo dos 79,5 %, correspondentes à média da UE.

Portugal deve alinhar melhor a oferta de EFP com as necessidades do mercado de trabalho. A melhoria de competências tornou-se um imperativo económico devido a profundas mudanças na natureza do trabalho. Desde há algum tempo que o EFP é uma prioridade política a nível nacional e as oportunidades de disponibilização de formação melhoraram consideravelmente ao longo da última década. No entanto, subsiste um défice estrutural significativo nas qualificações da população ativa. Uma recolha e uma divulgação mais sistemáticas dos dados relativos ao EFP são necessárias para continuar a melhorar o acesso aos programas, bem como a respetiva qualidade e pertinência para o mercado de trabalho. Os relatórios da OCDE relativos à Estratégia Nacional de Competências também referem melhorias significativas nesta área, particularmente em virtude da orientação que é dada no sentido de ajustar a oferta de EFP através do sistema de antecipação das necessidades de qualificação que envolve diferentes partes interessadas públicas e privadas na identificação das necessidades em matéria de competências.

Foram dados passos importantes no que se refere aos programas curriculares e à formação de professores e formadores de EFP. Em 2018, os novos princípios para os programas curriculares do ensino secundário superior, incluindo programas de EFP, conferiram maior autonomia aos prestadores de formação. As escolas podem agora adaptar os currículos às necessidades locais e aplicá-los de modo mais flexível. Com a adoção de três normas de formação

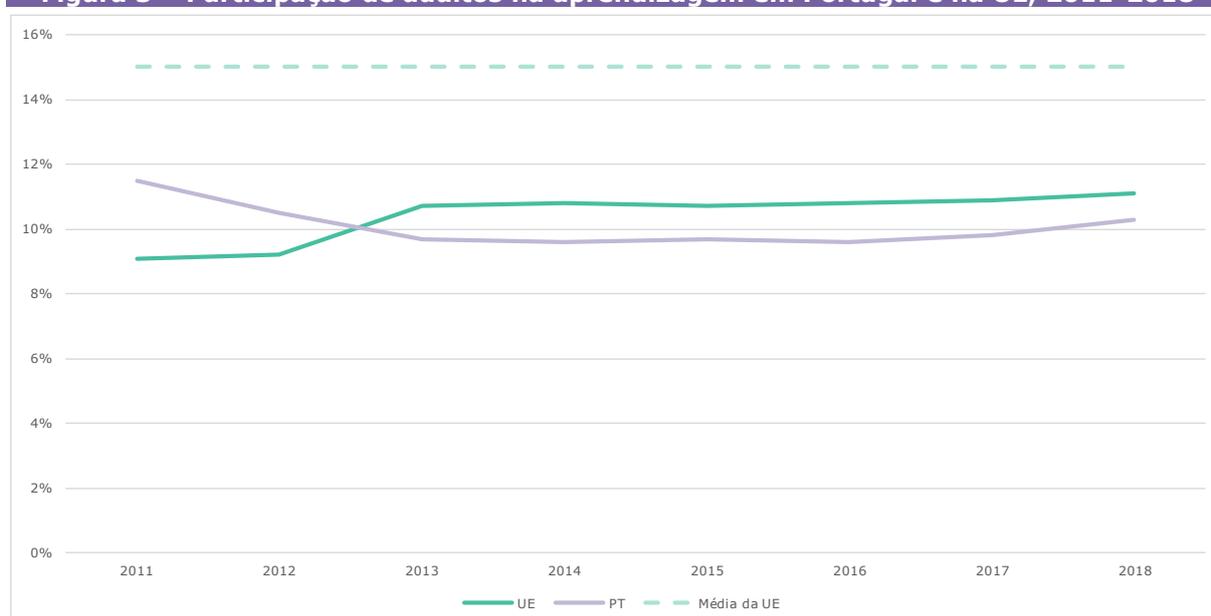
¹⁹ *State of University-Business Cooperation Portugal: Business Perspective* <https://ub-cooperation.eu/index/portugalbus>
²⁰ Eurostat, UOE 2017.

pedagógica, Portugal pretende aumentar a qualidade do desenvolvimento profissional contínuo para professores e formadores do EFP. Tais normas também dizem respeito à formação contínua de formadores das empresas e de formadores à distância (e-formadores)²¹.

8. Desenvolver a educação de adultos

A participação de adultos na aprendizagem ao longo da vida está a crescer, mas continua inferior aos índices de referência da UE. Em 2018, a taxa de participação de adultos na educação e formação (10,3 %) estava próxima da média da UE (11,1 %), mas continuava inferior ao valor de referência da UE (15 %). A taxa é superior à média da UE para os adultos com habilitações até ao terceiro ciclo do ensino básico (4,7 % *versus* 4,3 %), para os que concluíram o ensino secundário superior e pós-secundário não superior (11,2 % *versus* 8,8 %) e para os diplomados do ensino superior (20,7 % *versus* 19,0 %). A recomendação específica por país de 2019 para Portugal incluía: «Melhorar o nível de competências da população, em especial a sua literacia digital, tornando nomeadamente a educação dos adultos mais adequada às necessidades do mercado de trabalho» (Conselho da UE, 2019)

Figura 3 – Participação de adultos na aprendizagem em Portugal e na UE, 2011-2018



Fonte: Eurostat, Inquérito às forças de trabalho.

Notas: taxa de participação na educação e formação (últimas 4 semanas) em % da população com idade entre 25-64 anos

O desenvolvimento de uma estratégia coerente permanece um grande desafio. Está atualmente em curso a fase de ação da Estratégia Nacional de Competências, com especial incidência no reforço da educação de adultos. A sua aplicação bem sucedida será fundamental para «ajudar o país a recuperar plenamente da última recessão e cumprir os desafios de uma economia cada vez mais global e digital» (OCDE, 2018). O início do programa «Qualifica» em 2017 constituiu um marco fundamental. O financiamento da educação de adultos aumentou, tal como a contratação e a formação de pessoal para os 294 centros Qualifica, que serão monitorizados por equipas regionais. Além disso, está em curso a promoção do Qualifica entre as empresas e para a criação de redes locais. O programa Ler+Qualifica foi lançado em outubro de 2018, em conjunto com o Plano Nacional de Leitura 2027. Está também em desenvolvimento um programa nacional de alfabetização de adultos. A nova campanha nacional de informação destina-se aos grupos mais carenciados e visa uma maior sensibilização para o valor do desenvolvimento de competências. As competências digitais merecem especial destaque uma vez que, não obstante os esforços ao abrigo do programa «Portugal INCoDe.2030», o défice de competências TIC continua a crescer significativamente. A eficácia de todas estas medidas exige um acompanhamento minucioso e o

²¹ Referencial de Formação Pedagógica Contínua de Formadores – Formador de Tutores, Referencial de Formação Pedagógica Contínua do Formador à Distância – (e-Formador), Referencial de Formação Pedagógica Contínua de Formadores – Formador de Unidades de Formação de Curta Duração-UFCD à Distância (Formato Híbrido).

apoio de professores e formadores qualificados. No entanto, é ainda necessário fazer da carreira de educador de adultos uma opção reconhecida, atrativa e duradoura, apoiada por cursos especializados e graus académicos na vertente da educação/formação de educadores de adultos.

9. Referências

CEDEFOP (em breve), *Developments in vocational education and training policy in 2015-19: Portugal. Monitorização e análise das políticas de EFP, CEDEFOP.*

CEDEFOP (em breve), *Vocational education and training in Portugal: short description.* Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia

CEDEFOP ReferNet (2018), *Portugal: promoting equal opportunities for VET learners.* <http://www.cedefop.europa.eu/pt/news-and-press/news/portugal-promoting-equal-opportunities-vet-learners>

Conselho da União Europeia (2019), *Recomendação do Conselho relativa ao Programa Nacional de Reformas 2019 de Portugal e que emite um parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade 2019 de Portugal.*

CNE (2018), *O Estado da Educação 2017.* Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

DGEEC (2017), *Perfil do docente 2015-2016,* Portugal: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

DGEEC (2018), *Perfil do docente 2016-2017,* Portugal: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

DGEEC (2019a), *Estatísticas da Educação 2017/2018:* Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

DGEEC (2019b), portal Infoescolas. Consultado em 28.02.2019 a partir de <http://infoescolas.mec.pt/>

DGES (2016), *Dados relativos aos estabelecimentos de ensino superior. Portugal:* Direção-Geral do Ensino Superior (DGES)

Comissão Europeia (2019), *Semestre Europeu: Relatório por país – Portugal.*

https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/file_import/2019-european-semester-country-report-portugal_pt.pdf

Liebowitz, David; González, Pablo, Hooge, Edith e Gonçalo Lima (2018), *OECD Reviews of School Resources: Portugal 2018.* Paris: Publicação da OCDE.

Assembleia da República (2009a), *Decreto-Lei n.º 205/2009 – Estatuto da Carreira Docente Universitária.* Diário da República, Série I (168), 5729-5757.

Assembleia da República (2009b), *Decreto-Lei n.º 207/2009 – Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.* Diário da República, Série I (168), 5760-5784.

Assembleia da República (2018), *Portaria n.º 235-A/2018.* Diário da República n.º 162/2018, Série I, 4342-(2) a 4342-(17).

Assembleia da República (2019a), *Orçamento de Estado de 2019. Proposta de lei n.º 156/XIII.*

Assembleia da República (2019b), *Resolução da Assembleia da República n.º 1969/2019.* Diário da República, Série II (56), 11-12.

Assembleia da República (2019c), *Decreto-Lei n.º 1120/2019.* Diário da República, Série II (57), 95-97. Assembleia da República (2009a), *Decreto-Lei n.º 205/2009 – Estatuto da Carreira Docente Universitária.* Diário da República, Série I (168), 5729-5757.

OCDE (2014a), *TALIS 2013 Results: An international perspective on teaching and learning.* Paris: Publicação da OCDE.

OCDE. (2014b), *TALIS 2013: Country profile Portugal.* Paris: Publicação da OCDE.

OCDE (2018), *Skills Strategy Implementation Guidance for Portugal: Strengthening the Adult-Learning System,* OECD Skills Studies. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264298705-en>

OCDE (2019a), *TALIS 2018 Results (Volume I): Teachers and School Leaders as Lifelong Learners, TALIS*

OCDE (2019b), *Education Policy Outlook*

Anexo I: Fontes dos indicadores-chave

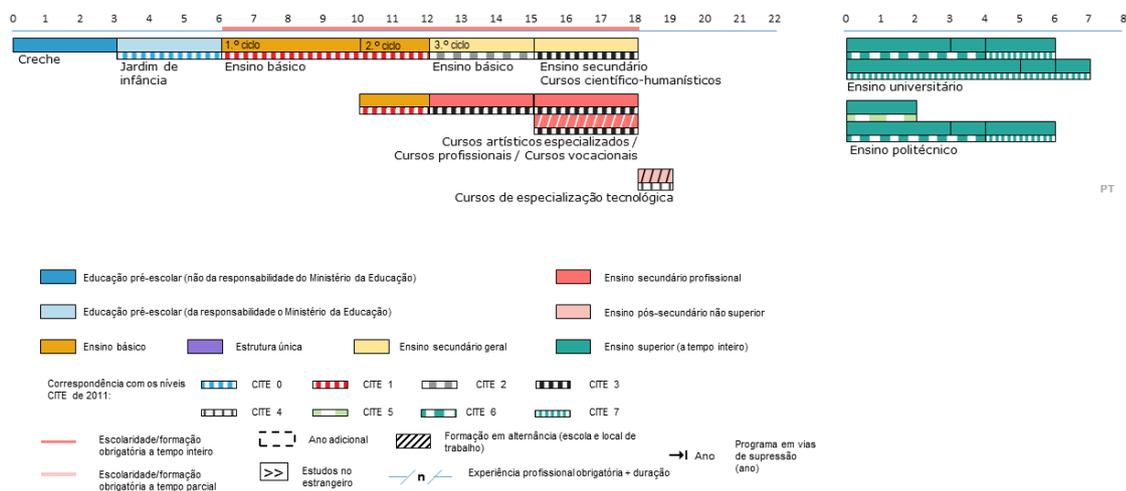
Indicador	Eurostat, código dos dados em linha
Abandono precoce do ensino e da formação	edat_lfse_14 + edat_lfse_02
Diplomados do Ensino Superior	edat_lfse_03 + edat_lfs_9912
Taxa de pré-escolarização	educ_uoe_enra10
Desempenho insuficiente em leitura, matemática e ciências	OCDE (PISA)
Taxa de emprego dos recém-diplomados	edat_lfse_24
Participação de adultos na aprendizagem	trng_lfse_03
Despesa pública consagrada à educação em percentagem do PIB	gov_10a_exp
Despesa com instituições públicas e privadas por aluno	educ_uoe_fini04

Mobilidade para fins de aprendizagem:

- Alunos diplomados em mobilidade
- Alunos diplomados em mobilidade com vista à obtenção de créditos

Cálculos do CCI com base nos dados do Eurostat/UIS/OCDE

Anexo II: Estrutura do sistema de ensino



Fonte: Comissão Europeia/EACEA/Eurydice, 2018. The Structure of the European Education Systems 2018/19: Schematic Diagrams. Eurydice Facts and Figures. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

As perguntas e os comentários relativos ao presente relatório são bem-vindos e podem ser enviados por correio eletrónico para:
 Antonio GARCIA GOMEZ
antonio.garcia-gomez@ec.europa.eu
 OU
EAC-UNITE-A2@ec.europa.eu

